

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONSTITUCIONALIDADE DAS PENAS PREVISTAS NA LEI 8.429/92 E NÃO CONTEMPLADAS NO ARTIGO 37, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TIAGO DO CARMO MARTINS

Juiz Federal

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Improbidade administrativa. 3. Regime punitivo aplicável aos condenados por improbidade administrativa. 4. Constitucionalidade das sanções previstas no Art. 12 da Lei de Improbidade e não contempladas no Art. 37, §4º da Carta Política. 5. Conclusão. 6. Referências Bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 esboçou grande preocupação com o trato republicano dos bens e haveres públicos.

Esta preocupação fica evidente com a disposição contida em seu art. 37, que estabelece como princípios regentes da Administração os deveres de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato da coisa pública.

E foi ressaltada no parágrafo quarto do artigo mencionado, com a previsão de sanções pela prática de atos que atentem contra a probidade na gestão pública, prevendo aos infratores as punições de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, consoante disciplina relegada aos cuidados do Legislador ordinário.

Em sua tarefa regulamentar, todavia, o Legislador previu novas formas punitivas, não mencionadas no texto constitucional, quais sejam *perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

Nesta senda, é de se indagar e investigar se, ao assim agir, ou seja, ao ampliar o rol de punições constitucionalmente previstas para reprimir o ato de improbidade, agiu ou não o Legislador dentro dos limites da autorização recebida pelo Constituinte. Este o propósito do presente trabalho.

2. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A definição do ato de improbidade administrativa, na lição de GOMES, vem do contraste com a noção de probidade:

Já ao adjetivo probó (do latim probu) é o atributo do que é honesto, justo, reto, honrado, do que tem caráter íntegro, que cumpre seus deveres e é criterioso ao agir. A improbidade é o contrário, de maneira que a ação ímproba é desvestida de honestidade, de bom caráter, de boas intenções, de honradez, de justiça e de retidão¹.

Já PAZZAGLINO FILHO acentua a *má-fé* como elemento essencial ao ato de improbidade, para além da mera atuação desconforme ao Direito:

- É mais que a singela atuação desconforme com a fria letra da lei. Em outras palavras, não é sinônimo de mera ilegalidade administrativa, mas de ilegalidade qualificada pela imoralidade, má-fé. Em suma, pela falta de probidade do agente público no desempenho da função pública².

Na mesma linha, preleciona BARBOSA que *devemos entender improbidade administrativa como aquela conduta considerada inadequada – por desonestidade, descaso ou outro comportamento impróprio – ao exercício da função pública, merecedora das sanções previstas no texto legal³.*

¹ GOMES, José Jairo. In SAMPAIO, José Adércio Sampaio Leite et al. Improbidade administrativa: comemoração pelos 10 anos da Lei 8.429/92. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 245.

² MARINO PAZZAGLINI FILHO, Lei de Improbidade Administrativa Comentada. São Paulo: Atlas, 2007, p. 19.

³ BARBOZA, Márcia Noll. In Cem Perguntas e Respostas Sobre a Improbidade Administrativa. Brasília: ESMPU, 2008, p. 13.

Também no plano jurisprudencial a má-fé e desonestidade tem sido elegidos como critério distintivo entre o ato irregular e aquele que caracteriza improbidade, como assentado pelo Ministro FUX em voto proferido no Recurso Especial nº 909.446/RN:

Consoante cediço, é premissa do ato ilegal e improbo e a ilegalidade só adquire o status de improbidade quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública coadjuvados pela má-intenção do administrador⁴.

Em suma, pode-se definir a improbidade administrativa como a conduta do administrador público e de eventual terceiro a ele associado que fere o ordenamento jurídico (regras e princípios); conduta esta que há de ser permeada pela má intenção do sujeito ativo, caracterizada pela sua desonestidade ou, no caso excepcional do art. 10, pela ausência do cuidado devido para com a coisa pública, reveladora de descaso incompatível com o múnus público exercido.

3. REGIME PUNITIVO APLICÁVEL AOS CONDENADOS POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A responsabilidade por ato de improbidade administrativa é de índole político-administrativa^{5 6}. No entanto, face à gravidade das sanções imponíveis, tem se reclamado, para fins de aplicação de penas, cuidado semelhante ao vigente no Direito Penal⁷.

Exemplo desta situação é a exigência de observância da *tipicidade da conduta*. Nesta senda, o Superior Tribunal de Justiça já proclamou que *A natureza mista da ação de improbidade reclama tipicidade da*

⁴ STJ, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 22/04/2010.

⁵ MARINO PAZZAGLINI FILHO, Ob. Cit., p. 147/148.

⁶ STF, Rcl 2138, Relator Min. NELSON JOBIM, Relator p/ Acórdão Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 13/06/2007, DJe-070 DIVULG 17-04-2008 PUBLIC 18-04-2008 EMENT VOL-02315-01 PP-00094.

⁷ *Em que pese sua natureza extra-penal, a aplicação das sanções co-minadas na Lei de Improbidade, não raro, haverá de ser direcionada pelos princípios básicos norteadores do direito penal, o qual sempre assumirá uma posição subsidiária no exercício do poder sanciona-dor do Estado* (GARCIA e ALVES, Ob. Cit., p. 430).

*conduta, sendo certo que a sua ausência implica impossibilidade jurídica do pedido*⁸.

Certo é que esse exame de tipicidade é mais tênue do que o vigente no Direito Penal, especialmente diante do uso recorrente de conceitos jurídicos indeterminados pela Lei 8.429/92, fato que não é isento de críticas doutrinárias.

De todo modo, e com supedâneo na lição de BATTISTI⁹, deve-se concluir que, embora a Lei de Improbidade se socorra de *conceitos jurídicos indeterminados, esses também existem na legislação penal e não deixam de ser aplicados por falta de tipicidade, que naquela seara é de maior rigor*.

Destarte, muito embora a indeterminação dos conceitos insertos nos artigos 9º a 11 da Lei de Improbidade não maculem sua validade, é indispensável que sua aplicação in concreto indique precisamente os elementos fáticos usados para subsumir a norma ao caso imputado ao sujeito ativo. Sem este expediente, não se terá a garantia de que o acusado possa exercer a defesa plena da imputação, já que o conhecimento dos fatos a si atribuídos é o marco basilar do contraditório.

Outro ponto a ser notado é o que diz com a estrutura dos dispositivos que tipificam as condutas ímprobas.

Os artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 descrevem, no caput, a essência da ação caracterizadora de improbidade administrativa. Seus incisos apenas detalham hipóteses antevistas pelo Legislador, sem, contudo, excluir outras, desde que em sintonia com o versado no caput dos mencionados dispositivos, uma vez que ao elaborador da Lei não é dado tudo prever.

Como consequência, tem-se que o elenco constante dos incisos dos artigos 9º, 10 e 11 é meramente exemplificativo¹⁰, conclusão indicada

⁸ REsp 623.550/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/04/2006, DJ 15/05/2006 p. 163.

⁹ BATTISTI, Adriane. Curso Modular de Direito Administrativo. Organizadores: Paulo Afonso Brum Vaz e Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009, p. 353).

¹⁰ DECOMAIN, Pedro Roberto. *Improbidade Administrativa*. São Paulo: Dialética, 2007, p. 55/56.

pelo próprio legislador ao se valer da expressão “notadamente”, ao final do caput de cada um dos dispositivos em questão.

Outro reflexo é a caracterização de ato único de improbidade, ainda que o agente incida, simultaneamente, em mais de um inciso, embora uma tal circunstância possa ter reflexo na aplicação da pena, se indicativa de maior desvalor.

Outrossim, é mister a adequada fundamentação acerca das sanções impostas, seja no que tange à escolha feita entre as aplicáveis, seja com relação à gradação daquelas que a comportam. No ponto, clara a lição de DECOMAIN¹¹:

A aplicação das sanções deve ser fundamentada. Havendo sanções com limite mínimo e máximo, devem restar especificados os motivos pelos quais hajam sido fixadas neste ou naquele montante. Mais ainda, a fundamentação será necessária, já não agora tanto para explicar o motivo da aplicação da pena, mas antes o motivo pelo qual uma ou mais delas deixa ou deixam de ser aplicadas, quando se comunga da tese de inexistência de obrigatoriedade de imposição cumulativa de todas as sanções.

Esta fundamentação levará em conta, principalmente, o proveito patrimonial alcançado pelo agente, a extensão do dano causado e a repercussão social da conduta¹².

E, por decorrência do princípio da proporcionalidade, o qual impõe seja a resposta estatal correspondente à gravidade do ato e da lesão causada, não há obrigatoriedade de imposição cumulativa de todo o elenco constante do art. 12, da Lei 8.429/92.

Ilustrativa a lição de FAZZIO JÚNIOR¹³:

É claro que o juiz não está inibido de aplicar as sanções em bloco e, por certo, haverá casos em que deverá impor o feixe completo de sanções, p. ex., para o enriquecimento ilícito à custa

¹¹ Ob. Cit., p. 204.

¹² PAZZAGLINI FILHO, Ob. Cit., p. 147.

¹³ FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Atos de Improbidade Administrativa*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 366.

de aplicação indevida de verbas destinadas à saúde pública. Nenhuma norma o proíbe. Seria esdrúxulo dizer que é defeso ao juiz fazê-lo, em presença das fórmulas legais. O que se propõe, aqui, em homenagem à proporcionalidade, é que não o faça, como regra, porque a melhor leitura da Lei 8.429/92 não é a que se afina com a aglutinação de sanções, mas a que individualiza a pena e, assim, se harmoniza com o art. 5º, XLVI, da Carta Magna. O razoável tem embasamento constitucional. Que a regra seja, pois, iluminar o fato sob a proporção e a justa medida.

Esta a orientação acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça, que assentou¹⁴:

(...) Havendo, na Lei 8.492/92 (Lei de Improbidade Administrativa), a previsão de sanções que podem ser aplicadas alternativa ou cumulativamente e em dosagens variadas, é indispensável, sob pena de nulidade, que a sentença indique as razões para a aplicação de cada uma delas, levando em consideração o princípio da razoabilidade e tendo em conta "a extensão do dano causado assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente" (art. 12, parágrafo único) (...)

Finalmente, e consoante expressa disposição do art. 37, § 4º da Constituição e do art. 12 da Lei de Improbidade, é de se frisar que a responsabilidade por improbidade administrativa não exclui e independe da repercussão do ato em outras searas jurídicas, sejam elas penais, civis e administrativas.

Isto leva a, por exemplo, que a punição com base na Lei 8.429/92 coexista com eventual condenação por crime de corrupção ativa ou peculato; e prescindida da instauração e se desvincule da conclusão de procedimento administrativo disciplinar correlato ao fato¹⁵.

¹⁴ REsp 507574/MG, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2005, DJ 20/02/2006 p. 206, REP DJ 08/05/2006 p. 174.

¹⁵ Apelação Cível Nº 70021646559, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado em 25/09/2008.

4. CONSTITUCIONALIDADE DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 12 DA LEI DE IMPROBIDADE E NÃO CONTEM- PLADAS NO ART. 37, §4º DA CARTA POLÍTICA

Constam do elenco inserto no art. 37, § 4º da Constituição Federal as seguintes sanções por improbidade administrativa: 1) suspensão dos direitos políticos; 2) perda da função pública; 3) indisponibilidade dos bens; e 4) ressarcimento ao erário.

Já o art. 12 da Lei de Improbidade contempla, além daquelas: 1) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; 2) multa civil; e 3) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

De início, impende registrar que a *indisponibilidade de bens*, versada na Constituição Federal, não representa sanção, mas, em verdade, medida cautelar, tendente a assegurar eventual e futuro ressarcimento ao erário¹⁶.

Ainda, o próprio ressarcimento ao erário não pode ser visto como punição decorrente de ato de improbidade, *pois tão somente visa a repor o status quo*¹⁷, ou seja, restabelecer a situação patrimonial anterior à prática da improbidade.

Destarte, o ressarcimento assume feição indenizatória¹⁸ e *impõe-se como consequência lógica* da condenação, e não como sanção propriamente dita¹⁹.

No que diz com o tema central deste estudo, e partindo da clássica classificação proposta por SILVA²⁰ acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, tem-se que são divididas em três categorias.

¹⁶ STJ, REsp 1003148/RN, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 05/08/2009.

¹⁷ GARCIA e ALVES, *Improbidade Administrativa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 440.

¹⁸ PAZZAGLINI FILHO, Ob. Cit., p. 153.

¹⁹ STJ, AgRg no Ag 1242530/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 19/05/2010.

²⁰ SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982, p. 89/91.

As normas constitucionais com eficácia plena são as que detêm aplicabilidade imediata, irradiando todos os efeitos pretendidos de *per se*²¹. As de eficácia contida caracterizam-se por definir suficientemente as hipóteses de incidência e consequências jurídicas, mas podem sofrer limitação posterior por ato subsequente do poder público²². E as normas constitucionais de eficácia limitada compreendem aquelas que ostentam *aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade*²³.

Partindo destas premissas, pode-se constatar que a norma do art. 37, § 4º, da Constituição Federal representa verdadeira norma de eficácia limitada, já que a definição do que seja ato de improbidade, assim como as consequências a isto relativas, só se realizarão *na forma e gradação previstas em lei*.

Deste modo, o regime de punição por improbidade administrativa só ganhou concretude com o advento da Lei 8.429/92, posto inviável aplicação das penas unicamente com base na previsão constitucional em tela.

Indene de dúvidas sobre a necessidade de regulamentação do versado dispositivo constitucional, expediente levado a cabo pela Lei 8.429/92, é de se perquirir se a norma regulamentar tem o condão de ampliar o espectro punitivo da norma regulamentada.

A resposta é afirmativa. Veja-se que o Supremo Tribunal Federal, em análise da repercussão gerada por normas de eficácia limitada, reconhece unicamente o efeito negativo de revogar eventual regramento preexistente que esteja em descompasso com o regime constitucional:

(...) II. Norma constitucional de eficácia limitada, porque dependente de complementação infraconstitucional, tem, não obstante, em linha de princípio e sempre que possível, a imediata eficácia negativa de revogar as regras preexistentes que sejam contrárias. (...)

²¹ Exemplo desta categoria é a norma do artigo 5º, LXVIII: *conceder-se-á “habeas corpus” sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*.

²² A norma do art. 5º, XIII é exemplificativa desta espécie: *é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelece*.

²³ O art. 7º, XI encerra ilustração desta espécie normativa: *participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei*.

*ADI 2381 MC, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE,
Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2001, DJ 14-12-2001.*

Logo, e desde que se mantenha em compasso com o regramento mínimo estabelecido na Constituição, não há impeditivo a que o Legislador reforce este regime, nunca podendo, entretanto, enfraquecê-lo.

Em análise acerca da constitucionalidade da multa civil, MATTOS²⁴, todavia, sustenta ter a Lei 8.429/92 incidido em inconstitucionalidade ao ampliar o rol constitucional, *verbis*:

O pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial é pena inconstitucional porque extrapola a previsão contida no art. 37, § 4º, da Constituição Federal. Com efeito, o dispositivo constitucional prevê quatro espécies de sanções, e, entre elas, não está incluída a multa civil a que alude a Lei Federal nº 8.429/1992, art. 12. Sobre o tema, ensina Mauro Roberto Gomes de Mattos.

Na mesma esteira, defende CORREA²⁵:

5. A LIA, ao dispor no art. 12 sobre as sanções aplicáveis aos agentes ímprobos, acrescentou a sanção de multa civil e a proibição de contratar com o Poder Público, não previstas constitucionalmente; 6. por tratar a regra do § 4º do art. 37 da CF/88 de norma de caráter intimidativo, tem que ser estritamente observada quanto ao seu conteúdo, sob pena de inconstitucionalidade material; 7. Não obstante ser norma ampliadora da tutela constitucional à moralidade pública, a Lei de Improbidade Administrativa não poderia ter ido além da reserva constitucional, visto que, em virtude da tutela fundamental à liberdade, garantida precipuamente no art. 5º da CF/88, o princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, segundo Canotilho, não é o de que o que a Constituição não proíbe é permitido (transferência livre e encapuzada do princípio da liberdade individual para o Direito Constitucional), mas sim o de que os órgãos do Estado só têm competência para fazer aquilo que a Constituição lhes permite.

²⁴ MATTOS, Mauro Roberto Gomes. O limite da improbidade administrativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. p. 485.

²⁵ CORREA, João Carlos Carvalho. Inconstitucionalidade da multa civil na Lei n. 8.429/92. Disponível em: http://www.ambito-juridi-co.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8059. Acesso em: 17.5.2011.

De outro lado, MORAES²⁶ afirma que *a própria Constituição Federal prevê as sanções mínimas e obrigatórias pela prática do ato de improbidade administrativa, delegando à lei a forma e a gradação, não excluindo a responsabilidade penal cabível, e tampouco a possibilidade de criação de novas sanções pela legislação pertinente.*

Esta posição é corroborada por GARCIA e ALVES²⁷:

Em que pese o fato de o dispositivo constitucional não ter previsto as sanções de perda de bens, multa e proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, tal não tem o condão de acarretar a inconstitucionalidade material de parte das sanções previstas nos incisos do art. 12 da Lei 8.429/92. (...) O artigo 37, § 4º da Constituição veicula norma constitucional de eficácia limitada, definidora de princípio programático (...), prevê sanções que deveriam ser necessariamente disciplinadas pelo legislador, o que importou em qualquer limitação ao poder discricionário na cominação de outras mais.

WEICHERT²⁸ segue a mesma linha, referindo que *A fixação de penas e outras sanções é função típica da lei (princípio da legalidade), nada impedindo que essa atividade seja exercida na produção normativa referente à improbidade administrativa. O elenco fixado no texto constitucional deve ser considerado como mínimo aplicável, mas não como um corpo exaustivo de medidas sancionadoras da improbidade.*

Se esta é a posição prevalente em doutrina, igual modo se passa em sede jurisdicional.

O Supremo Tribunal Federal²⁹ registra precedente em que assevera que *as sanções civis impostas pelo art. 12 da Lei 8.429/1992 aos atos de improbidade administrativa estão em sintonia com os princípios constitucionais que regem a administração pública.*

²⁶ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 2721.

²⁷ Ob. Cit., p. 425/426.

²⁸ WEICHERT, Marlon Alberto. *Cem Perguntas e Respostas Sobre a Improbidade Administrativa*. Brasília: ESMPU, 2008, p. 103.

²⁹ RE 598.588-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 2-2-2010, Segunda Turma, DJE de 26-2-2010.

Do mesmo modo se posicionou o Superior Tribunal de Justiça³⁰:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO PÚBLICO. LICITAÇÃO. CONVITE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. LEGITIMIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO. RESSARCIMENTO. EMPRESA CONTRATADA. MÁ-FÉ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N.º 07/STJ. ART. 12 DA LEI N.º 8.429/92. CONFORMIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ADEQUAÇÃO. VALOR DA MULTA. DOBRO DO MONTANTE DO DANO. (...) V - O disposto no art. 12 da Lei n.º 8.429/92 se coaduna com a ordem constitucional vigente, mais precisamente com o art. 37, § 4º, da atual Constituição Federal, sendo cabível a aplicação de sanções outras que não as previstas no referido dispositivo constitucional (...).

Com efeito, a Constituição se limita a estabelecer um substrato mínimo de repreensão à improbidade administrativa, substrato esse que pode, e deve, ser reforçado pelo legislador ordinário, conquanto não derroge a disciplina mínima decorrente da própria Carta.

A previsão de novas penalidades pela Lei 8.429/92 se insere nesse contexto de reforço ao combate à improbidade, agregando novos mecanismos punitivos, sem invalidar a disciplina mínima decorrente diretamente da Lei Maior.

5. CONCLUSÃO

Foi evidente a preocupação do Constituinte de 1988 com o viés republicano que deveria, desde a edição da nova Carta, nortear a relação do administrador público com os interesses e bens a seu cargo.

A disposição inserta no art. 37, § 4º é um dos pilares deste norte indicado pela *Constituição Cidadã* e, por não ter autoaplicabilidade, mas, ao contrário, ter deixado ao Legislador a função de explicitar e dar efetividade ao plano básico ali contido, representa um patamar mínimo a ser atingido pela norma regulamentar futura.

³⁰ REsp 440.178/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2004, DJ 16/08/2004 p. 135.

Disposição de *eficácia limitada*, sua essência é a de estabelecer um piso, nunca um teto à normatividade futura, de modo que, ao editar a Lei 8.429/92, agiu o Legislador nos contornos delegados pelo Constituinte, ampliando, com novas reprimendas, a proteção da probidade na Administração Pública.

Destarte, são constitucionais as penas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, Márcia Noll. *In Cem Perguntas e Respostas Sobre a Improbidade Administrativa*. Brasília: ESMPU, 2008.

BATTISTI, Adriane. *Curso Modular de Direito Administrativo*. Organizadores: Paulo Afonso Brum Vaz e Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2003.

CORREA, João Carlos Carvalho. *Inconstitucionalidade da multa civil na Lei n. 8.429/92*. Disponível em: http://www.ambito-juridi-co.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8059. Acesso em: 17.5.2011.

DECOMAIN, Pedro Roberto. *Improbidade Administrativa*. São Paulo: Dialética, 2007.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Atos de Improbidade Administrativa*. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, Emerson e ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GOMES, José Jairo. In SAMPAIO, José Adércio Sampaio Leite et al. *Improbidade administrativa: comemoração pelos 10 anos da Lei 8.429/92*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes. *O limite da improbidade administrativa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. [prefácio do Ministro Celso de Mello]. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. *Lei de Improbidade Administrativa Comentada*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 19.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Jurisdição constitucional e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SILVA, José Afonso. *Direito constitucional positivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

WEICHERT, Marlon Alberto. *Cem Perguntas e Respostas Sobre a Improbidade Administrativa*. Brasília: ESMPU, 2008.